

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA E SUA INTEGRAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM SAÚDE

GIRLANE ALVES DE SOUZA ¹

A população negra ocupa dentro sociedade brasileira, o maior espaço de vulnerabilidade sociais e possuem os piores indicadores de escolaridade e saúde e vem sofrendo os impactos do racismo há mais de dois séculos tornando-se um dos maiores impedimentos para a efetivação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). Em 2009, foi lançada a PNSIPN, cuja marca é “[...] o reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais e condições de saúde, com vistas à promoção de equidade em saúde” conquista de uma longa caminhada. Os indicadores sociais em saúde, educação, segurança, alimentação entre outros demonstram a vulnerabilidade socioeconômica em que essa população vive, o que salienta importância para a elaboração de políticas voltadas à população negra no Brasil. O racismo é um importante agravante de violação de direitos o que reflete na produção de iniquidades, em especial no campo da saúde, por está diretamente ligado as condições em que a pessoa nasce, na sua trajetória familiar e individual, condições de vida e moradia, condições de trabalho, e de acesso à informação. Sendo assim é notório os impactos que causam na qualidade do cuidado e assistência prestada considerando que a saúde se trata de um conjunto de determinantes sociais. No entanto, não se pode dizer que estas políticas tenham sido implementadas de forma efetivas visto as grandes dificuldades encontradas para a sua execução. Sendo assim, vale ressaltar a importância dos discursões acerca das políticas pública e ações afirmativas direcionado para a população preta dentro das instituições de ensino em destaque os cursos da área da saúde, pois torna-se uma das ferramentas necessária para a reeducação das relações étnico-raciais, com o intuito de romper a reprodução práticas discriminatórias



vivenciadas cotidianamente por essa população. Embora, a PNSIPN tenha sido implementada desde 2009, pouco tem-se discutido o tema em questão, dentro dos cursos da área da saúde, lastimosamente, em um país onde metade da população se autodeclarada negra. No que tange o campo saúde a população negra infelizmente ainda se enfrenta grande resistência, por consequência em grande parte pelo pouco envolvimento acadêmico com a saúde dessa parcela da população. Apesar da elegibilidade de políticas públicas na legislação direcionadas à população negra, sua efetividade não acontece na prática dos serviços de saúde, bem como nas formações acadêmicas. Considerando sua pertinência uma vez que a população negra se reinventa e luta pelos seus direitos frente a uma sociedade racista marcada pela escravidão e que mesmo depois a abolição se prevalece. A abordagem sobre a PNSIPN é fundamental dentro das instituições de ensino, para promover a igualdade, equidade e exterminar com a reprodução do racismo institucional.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Luís Eduardo; MONTEIRO, Rosana Batista; MEDEIROS, Rogério Araujo. Iniquidades raciais e saúde: o ciclo da política de saúde da população negra. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 37, n. 99, p. 681-690, dez. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-11042013000400016>

MOREIRA, Ariane Fernanda dos Reis; SILVEIRA, Raquel da Silva; CARVALHO, Letícia Ludovico. **A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA E A INTEGRAÇÃO COM A UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA EXTENSÃO**. In: Anais do V Copene Sul “Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro: O direito à cidade e as populações negras no sul do Brasil” 26 a 28 de outubro de 2021. Criciúma-SC, [recurso eletrônico]/ Congresso Regional de 5250. Pesquisadores(as) Negros(as), Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) – ISSN: 2358-5250. Criciúma, 2020.